



Cooperativas investem em incubadoras para acelerar crescimento no mercado

As cooperativas têm enfrentado grandes desafios do mercado, como as crises econômicas, as mudanças sociais, os problemas financeiros, a adaptação às inovações tecnológicas, entre outras tantas questões. Muitas acabam não sobrevivendo, em boa parte porque não se abrem para as novas formas de fazerem negócios, não ampliam suas visões de empreendedorismo, não investem em tecnologia ou se esquecem de suas essências. Um caminho interessante e que tem sido aberto às cooperativas são as incubadoras. O Sistema OCB lançou em 2021 o programa de Conexão com Startups, InovaCoop, que já teve a promoção de 11 projetos desenvolvidos em parceria com startups, especialmente para resolver problemas de cooperativas. “É um grande exemplo de como se pode aliar o modelo de negócios democrático e resiliente do cooperativismo com o DNA inovador das startups. Ainda em 2023 vamos expandir a aplicação da metodologia para as organizações estaduais do Sistema OCB, para viabilização de edições locais do programa”, Guilherme Costa, coordenador do Núcleo de inteligência e inovação do Sistema OCB. Incubadoras abrem os

horizontes As incubadoras são formas das cooperativas se manterem abertas aos novos empreendimentos e ampliam os seus meios de atuações. Elas oferecem suporte desde a utilização de um espaço, a promoção de serviços assistenciais e as capacitações, com o foco em impulsionar um ecossistema de inovação. Diego Boelter, Gerente de Inovação Cotripal, de Panambi, no Rio Grande do Sul conta que a cooperativa mergulhou totalmente nos projetos das incubadoras. Na visão dele a inovação aberta parece ser um caminho para que as cooperativas tradicionais possam desafiar o amanhã e manter seus negócios sustentáveis na era das plataformas digitais e sociedade 5.0. “Ao analisarmos os desafios mais comuns enfrentados pelas cooperativas em diferentes setores e regiões, como a dificuldade de acesso ao crédito, a necessidade de aumentar a transparência e a responsabilidade, e a necessidade de melhorar a eficiência operacional. Poderemos identificar os benefícios e desafios da adoção desse modelo de inovação e como ele pode ser integrado às operações e estratégias de negócios das cooperativas. Além disso, a análise poderia investigar como as cooperativas podem utilizar esse modelo para aumentar a participação dos membros e melhorar a comunicação e colaboração entre eles, contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária”, conta Boelter. Por conta disso, a Cotripal tem participado de diversos programas de inovação aberta, destacando-se mais recentemente o programa Startup LAB do governo do estado do Rio Grande do Sul. Nele, a cooperativa participou como empresa âncora, patrocinou o evento startup weekend espaço + inovação e ainda do matchmaking tecnológico

promovido pelo Sebrae na última edição da Expodireto Cotrijal. A Cotripal compreendeu que pode aproveitar os recursos das incubadoras para desenvolver novos produtos, serviços ou processos que atendam às demandas do mercado e dos seus cooperados. Isso ocorre em especial porque uma incubadora de startups pode ajudar uma cooperativa tradicional a se adaptar às mudanças tecnológicas, sociais e ambientais que afetam o seu setor de atuação. “Uma cooperativa tradicional que participa de uma incubadora de startups pode se tornar mais competitiva, sustentável e colaborativa, gerando valor para os seus membros e para a sociedade. A Cotripal tem se utilizado bastante das incubadoras tendo vários projetos já entregues por startups incubadas além de diversos projetos, em diferentes de implementação, em andamento. Ela usa o sistema de incubadoras de Inovação Tecnológica para encontrar soluções para seus desafios na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, Digitalização, Automação de Processos, Energias Renováveis e soluções para o Agronegócio em geral”, conta Boelter. Além das incubadoras, existem outros ambientes que compõem os ecossistemas de inovação cooperativa, como os laboratórios, os hubs, as aceleradoras e as comunidades de prática. “Esses espaços se diferenciam pelas suas finalidades, metodologias e públicos-alvo, mas todos contribuem para a geração de soluções criativas e cooperativas para os desafios da sociedade atual. A Cotripal está inserida nestes ecossistemas de diversas formas, atuando com empresa âncora, participando de programas do poder público e inclusive é uma das mantenedoras do hub de Inovação Instituto Agregar”, diz Diego. Outras

cooperativas, como a Sicredi em Minas Gerais investir em inovações é fundamental. Eles criaram o CAS (Centro Administrativo Sicredi), que tem uma estrutura com o objetivo de buscar as inovações, produtos, serviços e as tecnologia para todo o sistema. “A nossa cooperativa tem um setor que se preocupa e muito com esse tema, temos como exemplo disso a presença de sistemas autônomos, que fazem o que é repetitivo e padronizado. Nossa busca é para que apenas 20% dos colaboradores se foquem na parte operacional, enquanto 80% da força de trabalho esteja à disposição para o relacionamento com as pessoas. Nosso desafio é nos manter atualizados, inovando e em sintonia com o mercado e o próprio Banco Central, oferecendo alternativas diferentes, mais rápidas e mais seguras”, conta Adilson Carlos Metz, da Sicredi em Minas Gerais. Como elas são usadas As incubadoras são utilizadas, na maioria dos casos, por startups que ainda não possuem um modelo de negócios maduro, e que necessitam de apoio com questões operacionais. “Após os estágios iniciais, existem outras modalidades que a startup pode explorar para crescer como, os programas de aceleração e os hubs de inovação. Pelo alto risco por incubar empreendimento ou ideias de negócio em estágio inicial, ou até o seu caráter educativo na formação de novos empreendedores, as incubadoras são muito populares entre universidades e entidades do poder público engajadas com o fomento à inovação. Mas também fazem parte da estratégia de empresas privadas, com a criação de um ambiente de experimentação e inovação, como é o caso do Google, que mantém um programa para desenvolvimento de startups”, lembra Guilherme Costa, coordenador do Núcleo de inteligência e inovação do Sistema OCB. O objetivo da cooperativa é que as empresas incubadas, após o período de incubação, consigam ingressar no mercado com sucesso, gerando empregos, inovação, diversificando e

fortalecendo as economias locais. Existem vários motivos para as cooperativas investirem em incubadoras, um deles é o fato dela se manter mais atenta ao ecossistema de inovação em que estão inseridas. Guilherme diz que essa é uma maneira prática delas explorarem novas oportunidades de negócios, promoverem uma maior eficiência de um processo ou projeto já existentes, e com isso se manterem competitivas no mercado. “É importante, que as cooperativas mantenham um relacionamento com as universidades, conheçam de perto os programas locais de apoio a novos empreendedores, e fiquem de olho nas novas tecnologias, metodologias e ferramentas de mercado”, indica Costa. As formas de usar essas incubadoras irá depender do objetivo, recursos disponíveis e do sistema de inovação de cada cooperativa. “Para aquelas que desejam realizar um processo estruturado de fomento à inovação, a orientação é constituir um comitê ou núcleo de cooperados voltados à inovação, disponibilizar hubs, co-workings e programas de aceleração financiados pelas cooperativas, ou até mesmo buscar parcerias e financiar patrocínios ou editais de fomento. É importante ressaltar que as coops sempre podem procurar a OCB do seu estado, para apoio às demandas de inovação”, ensina Guilherme. Para as cooperativas que desejam entrar no universo das incubadoras, Boelter aconselha, mapear internamente seus principais desafios e apresentá-los para um ecossistema de inovação com incubadoras. “Elas irão provocar suas startups a encontrarem soluções para estes desafios”, finaliza. Fonte: MundoCoop



Fortalecimento dos lácteos é defendido em reunião com o MDA

As sugestões para um Plano Safra mais robusto e o fortalecimento do setor de lácteos foram temas tratados, nesta terça-feira (30), com o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Paulo Teixeira. Na reunião, a superintendente do Sistema OCB, Tania Zanella, esteve acompanhada do coordenador da Câmara do Leite da entidade, Vicente Nogueira, e dos representantes das cooperativas do agro direcionadas à produção da bebida Marcelo Candiotto, presidente da CCPR (MG); Carlos Alberto de Figueiredo e o Igor Estevan Weingartner, presidente e vice-presidente executivo da Cooperativa Dalia. Os dirigentes cobraram medidas para fortalecer o segmento no país e apresentaram documentos para basear suas demandas com dados da câmara de estatísticas de comércio exterior e da balança comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), da Embrapa Gado do Leite, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Agrosat, que alertam sobre a necessidade de um olhar especial para o setor. Segundo eles, as importações este ano seguem tendência de forte aumento nos preços, sendo que, de janeiro a abril, foram importadas 83,5 mil toneladas de produtos lácteos de outros países, o que representa um aumento de 182% se comparado ao mesmo período de 2022. O leite em pó é o



principal produto com um volume de importação de 59,1 toneladas – 319% a mais sobre 2022. A projeção para maio é de 26 mil toneladas. “O forte aumento das importações leva a um aumento artificial da disponibilidade desses produtos quando, na verdade, enfrentamos dificuldades e não temos perspectivas concretas de aumento de consumo”, pontuou Tania. Dados do Censo Agropecuário mais recentes apontam que há no Brasil 1,1 milhão de produtores de leite, atuando em 99% dos municípios brasileiros. Destes, 81% (955 mil produtores) são da agricultura familiar. “Estes dados do IBGE demonstram o quanto a pecuária leiteira está fortemente correlacionada com o desenvolvimento da agricultura familiar e o quanto o mercado de lácteos é importante para a sustentabilidade de pequenos produtores”, defendeu a superintendente. **Alternativas** Para reduzir os impactos que o setor vem sofrendo, os representantes das cooperativas reforçaram a importância do Programa Mais Leite Saudável (PMLS), do Ministério da Agricultura, que objetiva desenvolver o setor leiteiro com investimentos, desenvolvimento dos produtores, foco na sustentabilidade da produção com qualidade e segurança para a população. O programa permite ainda, que as coops de laticínios utilizem créditos presumidos do PIS/Pasep e da Cofins para a aquisição de leite in natura como insumo de seus produtos, em até 50% do valor a que tem direito. “Esse programa permitiu que mais de 140 mil famílias produtoras fossem beneficiadas com projetos e assistência técnica, que tem resultado em melhorias na produtividade e qualidade do leite, além da rentabilidade para o produtor cooperado. Ele é, sem dúvidas, uma oportunidade para o setor e para a sociedade. Nesse contexto, acreditamos que os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário têm papel fundamental para fortalecer e promover ainda mais a iniciativa”, salientou a

superintendente. A disponibilidade de crédito é outro ponto fundamental para o desenvolvimento dos pequenos produtores de leite. No entanto, o atual limite de Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA) para o enquadramento no Pronaf é um desafio para os pequenos produtores. O teto está em R\$ 500 mil – pessoa física ou jurídica. Neste cenário de mercado, os produtores com produção média em torno de 400 litros/dia tendem a ter a RBA acima do teto, o que vem impedindo que acessem o Pronaf. “Entendemos que este limite deve ser reajustado para R\$ 750 mil. Com o mercado fortalecido e estável, com o desenvolvimento do produtor e facilidade para acessar o crédito, teremos grandes oportunidades para o segmento”, concluiu a superintendente. **Plano Safra** Em relação ao Plano Safra 2023/2024, a superintendente apresentou as propostas do movimento cooperativista que estão sob a alçada do ministério. Entre as solicitações, um montante total de R\$ 410 bilhões, sendo R\$ 125 bilhões para investimentos e outros R\$ 285 bilhões para custeio. Taxas de juros com percentuais abaixo de dois dígitos para as linhas de planejamento agropecuário também foram sugeridas para impulsionar o agro. “Destacamos ainda a necessidade elevação dos recursos para o Seguro Rural em R\$ 2,5 bilhões e reiteramos a importância do fortalecimento das cooperativas de crédito e do BNDES como meio de capilaridade, efetividade e instrumentalização para a política agrícola em nível nacional”, frisou Tania, ao acrescentar que 71,2% dos cooperados do agro têm perfil da agricultura familiar. Ela reiterou a relevância da manutenção dos percentuais mínimos de iniciativas do governo como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/Pronaf) e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

(CAF) para garantir o acesso dos pequenos produtores às políticas públicas. Atualmente os limites são de 50% + 1 para obtenção do cadastro como pessoa jurídica e 60% para quem é pronafiano.
Fonte: Somos Cooperativismo



Licenciamento Ambiental: Sistema OCB participa de audiência sobre o novo marco

Em audiência pública promovida pelas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado nesta quarta-feira (31), o consultor jurídico do Sistema OCB, Leonardo Papp, expôs as reflexões do cooperativismo acerca do Projeto de Lei 2.159/21, que, entre outras medidas, trata do Marco Legal do Licenciamento Ambiental. A proposta é considerada prioritária na Agenda Institucional do Cooperativismo. As principais sugestões do coop sob o viés de desenvolvimento sustentável estão fincadas em duas diretrizes básicas: a proteção do meio ambiente e a eficiência do processo de licenciamento ambiental. “Este é um tema que interessa ao cooperativismo, que conta com mais de 18 milhões de brasileiros envolvidos e muitas das atividades desempenhadas por eles têm contato com o licenciamento ambiental. O

foco desse projeto deve ser a busca pela eficiência. A coerência com a Lei Complementar 140/11, que foi um grande avanço para organizarmos o que é atribuição dos Estados e seus entes federados, também é essencial”, iniciou o consultor. De acordo com ele, o texto oferecido pela Câmara caminha na direção de respeitar a autonomia dos entes federativos. “Por pelo menos 11 vezes o deputado Sergio Souza citou a Lei Complementar 140. Ou seja, o projeto não pode inviabilizar práticas adotadas pelos estados. A lei federal precisa considerar a experiência de décadas desses entes. Há atividades com alguma dificuldade de compatibilizar, mas não se pode mexer no que já é viável”, defendeu Papp. O consultor acrescentou que o projeto pode aproveitar informações de outras fontes públicas para evitar a sobreposição de atividades, esforços materiais e de pessoal do poder público. “Temos um desafio tremendo chamado Cadastro Ambiental Rural (CAR), especialmente para atividades de pecuária primária. Para estes produtores, é mais importante ter o processo do CAR concluído, do que fazer a licença ambiental. Outro fator importante, que precisa constar no projeto, é o aproveitamento da base de dados pública para priorizar o uso dos recursos”. Papp apontou também uma situação de vácuo legislativo ao questionar qual seria a responsabilidade de uma cooperativa que, por exemplo, contrate um serviço de transporte e a empresa contratada cometa um dano ambiental. “É válido que a proposta tente disciplinar a responsabilidade indireta. O texto da Câmara, por exemplo, estabeleceu a contratação de quem já tem o licenciamento”, ponderou. Sobre a emissão de pareceres técnicos de agentes de órgãos ambientais, o consultor recomendou que os crimes culposos apenas por posição técnica precisam ser revistos. Segundo ele, “cada técnico tem uma posição e isso cria um cenário de insegurança em que é mais fácil dizer não ao solicitante”. A senadora Tereza Cristina (PP/MS),

vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), e relatora da matéria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), pontuou que é importante haver um planejamento ambiental estratégico, com a participação dos estados nesses licenciamentos. “Este tema sempre precisará ser revisitado e ter a legislação aprimorada. Nosso país, com dimensões continentais, precisa de ferramentas e uso de tecnologias adequadas e seguras para diminuir o tempo das verificações para fazer o efetivo licenciamento de forma mais rápida”, ressaltou. Além de Tereza Cristina, a audiência foi sugerida pelos senadores da Frencoop Leila Barros (PDT/DF) e Sergio Moro (UNIÃO/PR), e também do senador Confúcio Moura (MDB/RO), relator da proposta na Comissão de Meio Ambiente (CMA). **Tramitação** A proposta tramita concomitantemente nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado. Em 2021, o parecer do vice-presidente da Frencoop, deputado Sergio Souza (MDB-PR), foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados. O texto unifica normas sobre licenciamento ambiental e estabelece plataforma comum para que todos os entes da federação (estados e municípios) possam ordenar o processo, garantir segurança jurídica e evitar excessos e ineficiência. Em sua defesa, Souza destacou a importância da modernização dos procedimentos para obtenção da licença. “Defendemos esse projeto porque queremos a redução do custo Brasil, queremos ter alimento de qualidade ao alcance do cidadão brasileiro, queremos cuidar do meio ambiente e queremos acelerar a economia”, pontuou o parlamentar. Fonte: SomosCooperativismo



2ª Turma
CURSO
VENDAS DE ALTA PERFORMANCE

Últimas Vagas!

Início em Julho/2023

Inscriva-se em: rio.coop/agenda

Sistema OCB/RJ
somoscoop

Dia de Cooperar

1º de Julho **A partir das 9h**

Parque Madureira
Mestre Monarco

#vemcooperar

Sistema OCB/RJ
somoscoop

CURSO
Fundamentos de Marketing para Cooperativas

Aqui tem mais que os Ps de Marketing. **Tem C de coop!**

Inscriva-se! **capacita.coop.br**

capacitacoop Sistema OCB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Transportes de São João da Barra – PRIMECOOP, inscrita no CNPJ sob o número 49.220.503/0001-61, NIRE 33.4.0005876-3, com sede em São João da Barra/RJ, na rua Nelson da Silva Almeida, nº 101, Bairro Grussaí – CEP 28.200-000, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto Social, neste ato CONVOCA os cooperados para realização de ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL, a realizar-se em sua sede no dia 17 de junho de 2023, com primeira convocação às 7 horas, com exigência de “quorum” de 2/3 do número de associados, segunda convocação, às 8 horas do mesmo dia, com exigência de “quorum” mínimo de metade mais um do número de associados e, finalmente, persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às 9 horas do mesmo dia, com exigência de “quorum” de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberação dos seguintes assuntos:

- 1) Prestação de Contas do exercício anterior;
- 2) Destinação do Resultado do Exercício
- 3) Reforma Estatutária.

Declara-se que o número de associados em pleno gozo de seus direitos nessa data é de 20 (vinte) cooperados.

São João da Barra/RJ, .01 de junho de 2023.

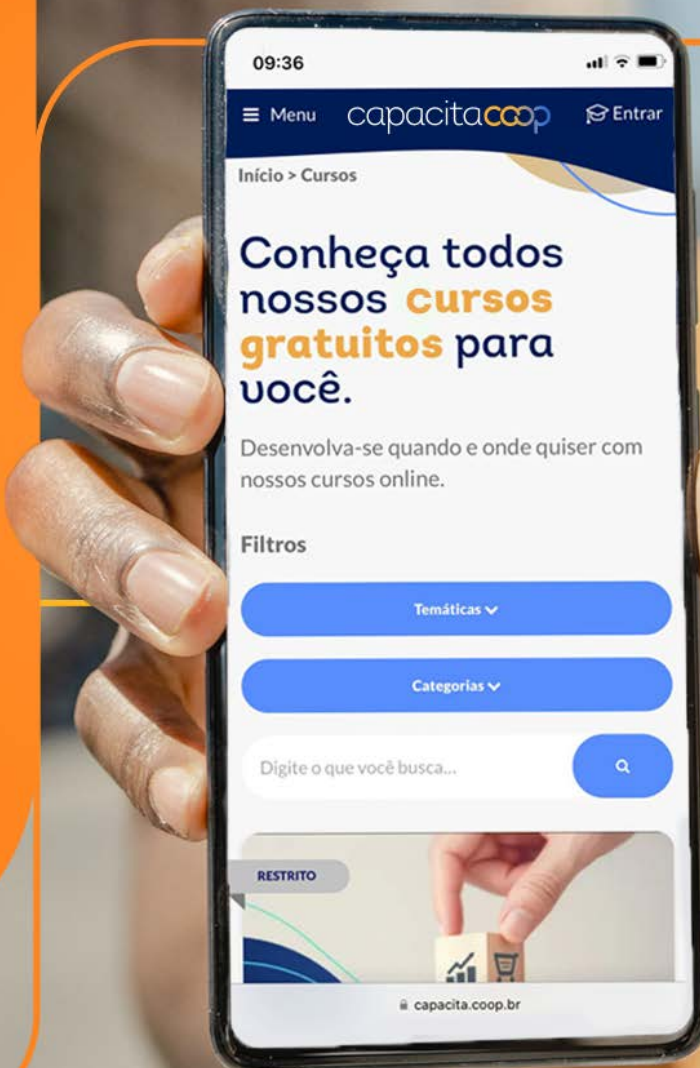
Leandro de Franca Germano
Presidente do Conselho de Administração



Já navegou na CapacitaCoop hoje?

Várias opções de
cursos e trilhas
disponíveis para você!

Compartilhe com
mais pessoas



capacita**coop**

